

A paisagem da fazenda cafeeira através da iconografia no século XIX

Adriano Novaes



Fazenda do Secretário. Victor Frond, litogravura c. 1859. Acervo do FBN.

Para entendermos como foi o processo de construção da paisagem que redundou no *Plantation* cafeeiro no Vale do Paraíba durante o século XIX, teríamos que conhecer um pouco os autores da obra e as circunstâncias que os motivaram.

Grande parte dos fazendeiros que desbravaram o Vale do Paraíba em princípios do século XIX era oriunda da região mineradora das Gerais, principalmente da comarca de Rio das Mortes, onde se dedicavam ao comércio. Atividades que iam do tráfico de africanos à criação de gado bovino. Outra parte destes senhores era formada por imigrantes portugueses, sendo, na sua maioria, do arquipélago dos Açores. A força de trabalho era constituída, na maior parte, por negros escravizados de origem bantos e uma parcela menor de mestiços incluindo índios. Durante toda a primeira metade do século XIX, grande parte dos negros vinha direto da África para as fazendas. Após a Lei Euzébio de Queiros, que proibia o tráfico transatlântico, passaram a vir do nordeste brasileiro, era o Tráfico Interprovincial, que foi muito intenso até sua proibição em 1885. Ainda sobre a força de trabalho, não podemos deixar de citar a influência de imigrantes europeus, através da tentativa de substituição do braço escravo. Alemães, portugueses, suíços e chineses, em meados do século XIX, e italianos, no final.

As circunstâncias que atraíram homens e mulheres para as lavouras de café do Vale do Paraíba eram muitas, principalmente pelo motivo do enriquecimento através de bons negócios ligados ao café e ao prestígio que só a posse da terra podia proporcionar. São valores feudais muito fortes na tradição portuguesa e transplantada para o Brasil. Isso explica o porquê de tantos negociantes ligados ao milionário comércio de escravos tornarem-se fazendeiros de café, sem talvez, nunca ter pisado no Vale do Paraíba. A posse da terra fazia o caminho de adquirir um título de nobreza mais curto e, é claro, por consequência, trazia vantagens políticas.

Quanto à massa humana de trabalhadores forçados, foi, sem dúvida nenhuma, a de africanos escravizados a que mais contribuiu para a construção da paisagem cafeeira, se considerarmos que era a principal força de trabalho e em maior número (representava 70% do valor dos bens dos senhores de café).

Com a ascensão da burguesia após a Revolução Francesa, na Europa, o café passou a ser a bebida predileta dessa classe, tornando-se hábito. Propício ao cultivo deste grão de origem africana, o Brasil aos poucos investiu na sua produção, que teve como grande incentivador o então príncipe regente D. João VI. Desde o início, o Vale do Paraíba se mostrou excelente ao desenvolvimento desta cultura. A altitude de 400 a 600 m, com morros baixos de tipo meia laranja, água em abundância, terras virgens e as proximidades com vários portos do litoral do Rio de Janeiro eram tudo que os agricultores precisavam para desenvolver a lavoura. As restrições à doação de terras no Vale do Paraíba, que antes eram em função do contrabando de ouro, passaram a ser facilitadas aos interessados, cuja formada de posse foi através do instituto das sesmarias. Inicialmente, pensaram em usar os rios para transporte das primeiras colheitas, o que de fato ocorreu, mas não se mostrou eficiente, devido à dificuldade de navegação dos rios, muito cheios de pedras. Os antigos caminhos e descaminhos do ouro passaram a ser melhorados e novas vias foram construídas, tais como Estrada do Comércio e da Polícia.

A valorização do preço do café no mercado europeu fez com que a procura por terras incultas no Vale do Paraíba fosse mais intensa, a partir de meados do século XIX. A Resolução de 17 de julho de 1822 pôs fim às doações de sesmarias no Brasil. O problema de aquisição de terras públicas obrigou D. Pedro II a editar, em 18 de setembro de 1850, a Lei de Terras, quando foi feito o primeiro censo das propriedades no Brasil (MUNIZ, 1979).

A cultura do café no Vale do Paraíba propiciou uma verdadeira guerra entre homem e floresta. A derrubada intensa sem qualquer forma de manejo, seguida de queimadas, transformava árvores centenárias em cinzas, em poucas horas. A forma equivocada de plantio do café em fileiras verticais nos morros, ao invés de curvas de nível, condenou o Vale do Paraíba cafeeiro à total decadência econômica em um prazo curto de tempo, inviabilizando por décadas qualquer forma de agricultura na região. A insistência no uso do trabalho escravo obrigou o agricultor a criar toda uma estrutura de vigilância sobre o trabalho extremamente onerosa.

A abordagem positivista da historiografia e a visão um tanto ufanista da maioria dos pesquisadores e memorialistas regionais durante o século XX pouco contribuíram para o entendimento dos fatos, valendo-se apenas dos relatos. Hoje, vários pesquisadores e historiadores se debruçam sobre as poucas fontes primárias existentes em estado precário nos arquivos da região, com o intuito de tentar elucidar o que aconteceu de fato nesta região durante a efêmera cultura do café. Atualmente, a revisão historiográfica, através da abordagem do homem como agente transformador de sua realidade, tem sido a constante nos temas de estudo sobre o “ciclo do café”.

Um bom exemplo de novas possibilidades de pesquisa histórica são as fontes iconográficas. Alguns historiadores têm utilizado bastantes dessas fontes para compreensão da fazenda cafeeira. O historiador Rafael de Bivar Marquese é um deles. Em seu artigo *A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georg Grimm, 2006*, disserta sobre a confrontação das paisagens produzidas pelos dois pintores e a natureza do diálogo que estabeleceram com a crise da escravidão brasileira (MARQUESE, 2006).

As imagens produzidas durante o século XIX e início do XX através de pinturas, fotografias, desenhos e outras são verdadeiras fontes de informação ao pesquisador.

Neste artigo dividiremos as iconografias, com o tema a fazenda de café, em duas categorias: as pinturas e as fotografias.

Sem entrar no mérito estilístico ou estético, mas apenas no objeto retratado, numa primeira análise, é possível observar que o interesse da maior parte dos registros é o de registrar a fazenda como unidade de produção de café.

São, na sua maioria, panorâmicas, em que se pode observar a implantação da unidade e sua paisagem de entorno formando morros cobertos de florestas, cafezais e pastos. Não há dúvida que a maior parte dos trabalhos consta de encomendas feitas pelos proprietários das fazendas a pintores da Corte. Entre eles, destacam-se Johann Georg Grimm e Nicolau Facchinetti, sendo que o primeiro foi quem mais trabalhos produziu na região.

Johann Georg Grimm (Immenstadt im Allgäu, Alemanha 1846 — Palermo, Itália 1887) estudou na Academia de Belas Artes de Munique entre 1868 e 1870. Depois de viajar pela Europa, Oriente e África, chegou ao Brasil em 1878, onde percorreu o interior das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, produzindo estudos de paisagens. Instalado na Corte do Rio de Janeiro, aliou-se a um compatriota de nome Steckel que tinha uma empresa de pintura e decoração. Entre os anos de 1882 e 1884, foi professor interino da cadeira de Paisagem, Flores e Animais da Academia Imperial de Belas Artes, introduzindo o estudo da pintura ao ar livre. Na década de 1884, deixou a academia por divergências sobre os métodos de ensino, sendo seguido por alguns alunos, formando o chamado Grupo Grimm, dos quais Castagneto e Antônio Parreiras seriam os mais destacados na história da pintura brasileira. Os últimos anos de Grimm no Brasil foram exatamente no Vale do Paraíba, onde, no ano de 1886, realizou diversos trabalhos para a família Werneck. Em 1887, retornou à Europa, falecendo logo depois na cidade de Palermo (LEVY, 1980).

Dois bons exemplos da pintura de Grimm são os das fazendas Cataguá¹ e Retiro², ambas localizadas na antiga freguesia de Bemposta, município de Paraíba do Sul, hoje, parte integrante do município de Três Rios.



Fazenda Cataguá. Óleo sobre tela, 85,5 x 128 cm. Col. Particular (Pires, 1986, p.27).

Cataguá foi pintada em 1886, e nesta ocasião era propriedade do dr. Antônio Luiz dos Santos Werneck. A tela de Cataguá é o melhor exemplo de uma implantação da unidade de produção de café no Vale do Paraíba. O sítio ocorre em uma chapada localizada em um vale cercado de morros, ora cobertos de florestas, ora com cafezais e pastos. Ao centro está a casa de vivenda caiada em destaque, diferenciando-a das demais construções que a rodeia, com paredes ainda barreadas, formando o quadrilátero funcional.

A posição da sede possibilita ao senhor da fazenda uma visão de 360° em torno de sua morada, principalmente dos morros que a rodeiam. Observamos ainda a posição dos regos d'água que percorrem a unidade, essencial à vida da fazenda, seja para abastecimento de água potável, seja para força motriz de todos os engenhos de beneficiamento de grãos.

¹Segundo o memorialista Pedro Gomes da Silva, o tenente Antônio Luiz dos Santos Werneck foi um dos pioneiros na cultura do café na região de Bemposta, bem como incentivador do desenvolvimento e progresso desta importante freguesia. Não teve ele o prazer de ver os extraordinários resultados das grandiosas lavouras plantadas, que tanta fortuna proporcionou aos descendentes, pois faleceu em 7 de junho de 1848. Ainda em vida, o tenente Antônio Luiz dos Santos Werneck demarcou sua grande fazenda de acordo com seus dez filhos, para evitar que, por sua morte, surgissem demandas entre os irmãos, o que de fato se deu. O filho Luiz Francisco herdou a Fazenda Castelo; Inácio Barbosa dos Santos Werneck, agraciado em 1867 com o título de barão de Bemposta, ficou com a fazenda pioneira, a Boa Vista; Isabel Leopoldina, com a Fazenda Santarém; Luiza Maria, com a Fazenda Recreio; João Vieira das Chagas, com a Fazenda Santa Rosa; Leopoldina, com a Fazenda Olaria; Carolina, com a Fazenda Paciência; Geraldina, com a Fazenda Retiro; Josefina, com a Fazenda Santa Juliana, e, finalmente, Fernando Luiz, com a Fazenda Cataguá (SILVA, 1991). Fernando Luiz dos Santos Werneck nasceu em Vassouras, onde casou com sua prima Galdina do Carmo Werneck, filha de Luiz Barbosa dos Santos Werneck e de Rita Peregrina dos Passos Werneck, donos e fundadores da Fazenda São Luiz de Massambará, em Vassouras. Fundaram a Fazenda Cataguá em meados do século XIX. O filho, dr. Antônio Luiz dos Santos Werneck, nasceu em Cataguá em 1858 e casou-se com D. Francisca de Salles Guerra Werneck. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1881. Foi secretário do ministro da Justiça no Governo Provisório de 1889; fez parte de constituinte que elaborou a primeira constituição republicana; foi deputado e juiz federal e depois fazendeiro; publicou obras em Direito e muitos artigos em jornais e revistas (RAMOS, 1941).

²Assim como a Fazenda Cataguá, Retiro teve origem em terras de Antônio Luiz dos Santos Werneck. Por morte deste, a fazenda coube ao filho Manuel Luiz dos Santos Werneck, que, desde 1852, foi listado no Laemmert como dono da fazenda. Ao casal Manoel Luiz e Geraldina, senhores da Retiro, caberia mandar edificar a casa-sede da fazenda. Manoel Luiz faleceu em 1874, ficando o próspero estabelecimento e seus cafezais para a filha Thereza, casada com o médico Mário Nunes Galvão. No final do ciclo, Retiro deixaria de pertencer aos Werneck. Por compra, tornar-se-iam donas da fazenda as famílias Moreira e Macedo, ligadas pelo casamento e que habitaram e trabalharam por várias gerações. Guilherme Brandi possuiu a fazenda por pouco tempo, até ser adquirida por Eduardo Pessoa de Queiroz, completamente despojada de seu mobiliário original. Com Maria Luiza e Eduardo Queiroz, teve início a terceira fase da propriedade, o seu ressurgimento da decadência e a sua afirmação como bem histórico (PIRES, 1995).

Há uma agitação formada por pessoas trabalhando em toda a unidade: nos três terreiros de secagem de café, sendo um calçado e os outros dois de terra batida; um trole segue em direção à casa de vivenda, talvez algum comerciante chegando de viagem para fazer algum tipo de negócio ou alguém da família chegando da Corte ou até mesmo da Europa; fumaças saem da chaminé de uma construção no canto esquerdo da pintura, pode ser da cozinha dos escravos ou do engenho de cana de açúcar; em uma estrada mais baixa aparece um carro conduzido por juntas por bois, puxando uma tora de madeira, provavelmente em direção à serraria. Há animais de criação por toda a parte, enfim, a rotina de uma típica fazenda de café dos oitocentos. Em uma primeira análise, além da bela paisagem, nada tem de novidade em relação às demais fazendas pintadas por Grimm, porém alguns detalhes devem ser observados aos olhos do pesquisador, como, por exemplo, o morro com plantio de café, do lado direito da paisagem. Neste trecho da pintura, podemos observar a forma como o café era plantado, em linhas verticais, tendo, ao centro, duas estradas, uma ascendente para a direita e a outra mais abaixo descendente. Estes cortes nos morros que formavam pequenas ruas eram por onde o café era transportado em “carros de bois”. Paralela à primeira, uma linha de escravos colhendo o café parece quase imperceptível. Na segunda estrada, mais ao sopé do morro, aparece uma pessoa a cavalo, talvez um feitor, como se tivesse observando o trabalho nos cafezais. Constitui esta última observação o exemplo mais contundente do real motivo de se plantar o café em linhas verticais. Era a constante vigilância sobre o trabalho escravo, com o objetivo de obter melhor rendimento na colheita e fiscalizar o trabalho. Caso contrário, ou seja, plantados em linhas de curva de nível, não seria possível tal observação.

Em alguns morros mais distantes, notam-se cortes na floresta, resultado de “derrubadas” para o plantio do café. Na mesma sequência, outros morros, já sem a floresta, o terreno sendo preparado para receber as primeiras mudas.

A derrubada de uma floresta era um trabalho difícil e penoso, exigia técnica e muito cuidado. Eram comuns acidentes que terminavam com a morte de escravos, geralmente identificado nos óbitos como “morte causada por paulada”. Embora esse penoso serviço exigisse a participação de muitos escravos, geralmente era feito por caboclos de origem mineira, que seguiam fielmente a técnica de seus mestres, os índios. Faziam incisões a machado no tronco das árvores maiores e, à medida que iam subindo o morro, lá em cima, era derrubado o “matador”, árvore mais alta, previamente escolhida, que com sua queda ia pôr abaixo todas as demais. A grande memorialista Eloy de Andrade (1989,p.) nos dá um bom depoimento desse processo:

“Semanas depois da derrubada da mata, quando bem secos já estavam os ramos, em dia de bom sol e de tempo reconhecidamente firme e sem ventos, os escravos ateavam fogo em vários pontos do aceiro aberto em todo o perímetro da derrubada. E, logo após, um mar de fogo se espalhava, em labaredas, tudo devorado de baixo de sufocante fumaça, em quanto o pessoal, vigilante, mantinha-se preparado para interferir prontamente contra qualquer possível incursão das labaredas nas matas circunvizinhas. E do local só se retiraram quando viam o fogo terminado. Nada mais havia além de um imenso braseiro. Se, porém, nas grotas ou lugares frescos não houvesse o fogo destruído todos os ramos, dias depois eram esses, picados, encoivados e novamente queimados. O terreno estava, então, pronto para receber as sementes. As derrubadas eram feitas nos meses de junho e julho, queimadas em meados de agosto e plantadas quando caíam as primeiras chuvas de setembro”.



Fazenda Retiro, 1881. Óleo sobre tela, 60 x 82 cm. Col. Particular (Pires, 1980, p.23).

Na pintura de Grimm, da Fazenda Retiro, retratada em setembro de 1881, com os mesmos padrões da Cataguá, embora o foco seja mais reduzido, outro detalhe nos chama atenção: a total ausência de cafeeiros nos morros localizados atrás da unidade de produção de café, com pequenas manchas de florestas. Serão terras já esgotadas pelo plantio do café? Como a pintura foi realizada no final do século XIX, tudo indica que sim, pois a fazenda já havia sido fundada em meados do século XIX, que com o envelhecimento dos cafeeiros, inicialmente plantados próximos à sede, foram cortados. Por esse motivo, após o esgotamento das terras próximas à sede, surgia a necessidade de novas unidades de produção de café em terras mais distantes. Eram as chamadas fazendas satélites, ou “de serviço”, ou simplesmente sítios com denominações próprias. Outro detalhe que nos chama atenção é a posição destacada da casa da vivenda através de um sobrado neoclássico em forma de “O”, cuja implantação ocorreu em uma várzea próxima a um pequeno riacho. A edificação é marcada por cores diferentes em cada pavimento com o objetivo de destacar o andar superior como área nobre e o inferior como área de serviço da casa.

Um detalhe pitoresco representado nas pinturas das duas fazendas, nas senzalas, localizadas dentro da área fechada do quadrilátero funcional, observa-se em ambas, roupas penduradas no guarda-corpo da varanda secando ao sol, provavelmente dos escravos. Isso demonstra a preocupação do artista em retratar ao máximo o ambiente do cotidiano da fazenda. A varanda posta na entrada dos cômodos da senzala protegia os escravos em dias chuvosos de entrar no interior com os pés molhados, como também evitava que o mesmo ocorresse em situação contrária e saíssem do ambiente quente para o frio tão bruscamente. Os escravos representavam o máximo valor dos bens dos fazendeiros, cerca de 70%. Portanto, cabia ao mesmo se preocupar com a saúde de seus cativos, evitando, por exemplo, moléstias que poderiam levá-los ao óbito.

Além da Cataguá e Retiro, Grimm retratou também a Fazenda Águas Claras, em 1879, e as fazendas da Glória, do Recreio, do Belém, Bela Esperança, Santa Juliana, Oriente e Calçado, todas em 1886 e propriedades da família Werneck.

Outro importante pintor do período foi o italiano Nicolau Facchinetti (Treviso, Itália 1824 – Rio, Brasil 1900). Facchinetti chegou ao Rio de Janeiro em 1849, e produziu uma extensa obra, resultado de muito trabalho e conquista. Desde cedo demonstrou em sua pintura o gosto pela paisagem brasileira, principal assunto de sua obra. Pintou diversas fazendas do Vale, tais como as fazendas do Paraíso, em Rio das Flores, outra do mesmo nome em São José do Vale do Rio Preto, Monte Verde, Alpes, Ribeirão Dourado, Santo Antonio, Monte Alto e Vargem Alegre (PICCOLI, 2004).



Fazenda do Paraíso, 1875. Óleo sobre madeira, 54 x 73 cm. Col. Particular (PICCOLI, 2004, p.16).

Facchinetti ressaltou na paisagem da fazenda cafeeira a geografia. Há poucas pessoas presentes em suas paisagens, bem diferentes do ritmo de Grimm. A luminosidade é de uma beleza ímpar, ressalta a natureza e, ao mesmo tempo, denuncia o desastre que está por vir. Ao contrário de Grimm, Facchinetti registra em suas pinturas várias voçorocas, ressaltando-as com certo exagero. Dois bons exemplos dos trabalhos realizados por Facchinetti são os da Fazenda do Paraíso e Santo Antônio. A primeira pintura, encomendada, em 1875, pelo proprietário, o segundo barão do Rio Preto – Domingos Custódio Guimarães (filho). A Fazenda havia sido fundada e construída entre os anos de 1845/1853, pelo seu pai – homônimo – o visconde do Rio Preto. Flores do Paraíso, como inicialmente era denominada, foi um projeto arrojado para a época, e ficou conhecida como a “fazenda modelo” ou a “Joia de Valença”. Rio Preto inaugurou no Vale uma nova forma de construir e organizar o quadrilátero funcional da fazenda de café. Em sua obra, o que era grande parecia ser monumental. Isso se dava em função de um bom aproveitamento dos espaços livres e um excelente projeto arquitetônico. Pelo que tudo indica, o visconde do Rio Preto seguiu à risca as sugestões colocadas por Carlos Augusto Taunay (1791-1867), em seu livro *Manual do Agricultor Brasileiro*, publicado em 1839, que diz o seguinte (TAUNAY, 2001, p.):

“Indicaremos, como regras gerais, que a habitação do proprietário deve ser central, que a frente deve dominar a entrada principal, e os fundos e as frentes de todas as dependências, como armazéns, cavalharices, estrebarias, oficinas, senzalas, &c., que podem formar os três lados de um grande retângulo, cuja área formaria um curral para todos os usos e serviços. O gosto e o bom senso ensinam que os edifícios da mesma qualidade devem ser semelhantes e formar linhas contíguas; que a simetria e correspondência dos lados é a condição de toda beleza (grifo nosso)...”

A unidade de Paraíso dividia-se em três grandes setores: o quadrado das senzalas, o quadrado principal, onde ficavam os terreiros, e o quadrado de tropas, onde ficavam os engenhos de beneficiamento de grão da subsistência da fazenda, pomar e horta. Dois mirantes com relógio e mastro para bandeira ficavam estrategicamente localizados nas duas extremidades dos terreiros. Tudo impecavelmente bem acabado, com ruas arborizadas com diferentes tipos de árvores. O renque de palmeiras imperiais que tanto marcou as fazendas do Vale servia para sinalizar o caminho que conduzia à casa de vivenda, inspirado no antigo Jardim de Aclimação, atual do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, cujas palmeiras imperiais foram plantadas pela primeira vez em solo brasileiro por D. João VI. Desde então, a palmeira imperial passou a conferir ao proprietário *status* social. Tudo isso Facchinetti soube valorizar em sua pintura, fazendo parecer a Fazenda do Paraíso ainda mais bela.



Fazenda Santo Antônio, 1880. Óleo sobre tela, 34,5 x 82 cm. Col. Particular (PICCOLI, 2004, p.58).

A pintura da Fazenda Santo Antônio³ foi realizada em maio de 1880. Nesta pintura, Facchinetti se aproxima do estilo de Grimm no que diz respeito à paisagem de trabalho na fazenda cafeeira. Os cafezais bem marcados nos morros e o café secando no terreiro dão uma boa ideia de movimento. Mais uma vez, a paisagem árida é bem retratada. Outro dado que merece ser destacado sobre a implantação desta fazenda, bem demonstrado pelo pintor, é a distribuição espacial das edificações que formam a unidade de produção de café. As construções não fecham o quadrilátero funcional colocando esta fazenda na posição das exceções. Geralmente essa configuração era determinada pela topografia do terreno irregular, obrigando o construtor a aproveitar o terreno em planos diferentes. A posição dos regos d'águas também ajudavam a determinar o sítio.

³Segundo a professora Leila Vilela Alegrio, a Fazenda Santo Antônio foi provavelmente fundada pelo suíço Antônio Inácio Leingruber, em data ignorada. Antônio Ignácio casou-se com Mariana Ubelhart, filha de Vicent Ubelhart, compatriota que viera no mesmo navio com seus pais. Deste enlace, tiveram apenas dois filhos, Antônio e Manuel Ubelhart Lengruber. Em 1880, seu filho Manuel encomenda ao pintor italiano Nicolau Facchinetti uma tela que imortalizaria todo o conjunto arquitetônico da propriedade. Alegrio comenta ainda em sua pesquisa que: "As atividades comerciais de Antônio Ignácio, de compra e venda de imóveis, e de empréstimo de dinheiro, eram sempre feitas por procuração dada a seu filho Antônio Ubelhart, que residiu na Rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, até seu falecimento em 1881. Em 1885, morre Antônio Ignácio, e Manuel, seu único filho vivo, faz o inventário dos bens do pai. Curiosamente, vemos que a Fazenda Santo Antônio de Sapucaia possuía apenas 370 mil pés de café e o número de escravos não ultrapassava 210. No entanto, o patrimônio acumulado por Antônio Ignácio chega a mais de 1.800 contos de réis, uma verdadeira fortuna, comparável à de poucos grandes cafeicultores do Médio Vale do Paraíba. Nas mãos de seu filho Manuel Ubelhart Leingruber, a fazenda entra em uma nova fase, no final do século XIX, com o fim da cultura do café em terras fluminenses, que rapidamente se desloca para as terras roxas de São Paulo. Diferentemente da opção feita pelos fazendeiros do Médio Vale do Paraíba, que iniciaram a criação de gado leiteiro, ali foi implantada a criação de gado de corte, a partir da importação, em 1878, das primeiras cabeças de gado da raça Zebu. A linhagem Leingruber acabaria por se consagrar uma das melhores raças de gado, conhecida por todos os criadores brasileiros. Desde então, mesmo após o falecimento de Manuel, os demais proprietários da Fazenda Santo Antônio de Sapucaia seguiram a tradição deixada por ele". ALEGRIO, Leila Vilela. O café no Vale do Paraíba Fluminense: terras, fazendas, plantações, comércio e famílias. Centro do Comércio do Café do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.p.102-3.

Entre os fotógrafos que circularam pelo Vale, há muitos anônimos, mas entre os melhores trabalhos fotográficos estão os dos conhecidos Jean Victor Frond e Marc Ferrez.

Jean Victor Frond (Montfaucon, França 1821 – Varredes, França 1881) possuiu estúdio fotográfico no Rio de Janeiro entre os anos de 1858 e 1862. Foi o primeiro fotógrafo instalado no Brasil a conceber um projeto destinado a documentar a paisagem brasileira. Não conseguiu levar seu projeto adiante. No entanto, foi, em 1859, o autor do primeiro livro de fotografias (transformado em litogravuras) realizado na América Latina, *Brésil Pittoresque*, com texto de Charles Ribeyrolles. Nesta publicação apresentou pela primeira vez um registro fotográfico do trabalho escravo nas fazendas. O fotógrafo viveu no Brasil entre os anos de 1857 e 1862. Segundo o pesquisador Pedro Vasquez, sua obra constitui o mais ambicioso projeto fotográfico realizado no Brasil no século XIX. Lygia Segala em *Ensaio das luzes sobre um Brasil Pitoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond*. (1998, f.294-295), diz o seguinte:

“As fotografias, reproduzidas em litogravuras, tiveram ampla repercussão, ganhando autonomia em relação ao livro. Posteriormente essas ilustrações foram apresentadas na Primeira Exposição de História do Brasil, realizada em 1881, na Biblioteca Nacional. Nessa mostra o texto do livro foi apresentado de forma fragmentada, nas classes I – Geografia do Brasil e XII – História Econômica. As imagens foram expostas como vistas pitorescas (classe XIX), como tema botânico (classe XX), retratos da família imperial (classe XIX) e, principalmente, como usos (classe XVII, parte 2). Gostaríamos de salientar que toda a série sobre a atividade agrícola nas fazendas fluminenses e sobre o trabalho escravo esteve inserida nesta última rubrica”.

Os melhores registros de fazendas cafeeiras feitos por Frond no Vale do Paraíba foram, sem dúvida, as paisagens das fazendas “do Secretário” e “do Governo”.



Engenho Cana em Ubá, c. 1859. Litogravura (KOSSOY e CARNEIRO, 1994, p.24).

Na fotografia que fez do engenho de cana na fazenda de Ubá, em Vassouras, Frond chama atenção para o conjunto de edificações que atendia a produção de açúcar e aguardente. Ubá foi fundada no início do século XIX, com o objetivo de cultivar cana-de-açúcar, passando algum tempo a se dedicar principalmente ao cultivo do café sem, no entanto, abandonar a cultura anterior.

Geralmente os engenhos de café nas fazendas do Vale eram enormes construções que procuravam atender não somente ao beneficiamento do café mas também ao de cereais produzidos para fins de subsistência da propriedade, como farinha de mandioca, arroz, óleo de mamona, entre outros. Cada um em compartimento definido. Ocorria com frequência de o engenho de serra (serraria) ser acoplado ao de café. Tal característica se dava em função do aproveitamento da força motriz através da água. No caso do engenho de cana, era sempre separado, dado ao complexo mecanismo de produção que exigia enormes tachos de fervuras, alambiques, entre outras coisas. Outro engenho que também era separado dos demais era o de milho para produção do fubá.

Ao longo do século XIX, os engenhos eram mais bem aparelhados e organizados espacialmente em função das novas tecnologias de máquinas mais modernas e menores. A partir de meados do século XIX, com a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu o tráfico transatlântico de africanos para o Brasil, tendo por consequência a valorização do preço do escravo e a possível escassez de braço, muitos fazendeiros apelaram para máquinas de beneficiamento que, além de eficientes, economizassem a mão de obra escrava. A exemplo, temos uma propaganda de máquinas de café, publicada no Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 07 de junho de 1863 (CAMILLO, 2003):

“(...) Guilherme Van Vleck Lidgerwood tem a honra de participar aos Srs. Fazendeiros que agora se acha habilitado para fornecer e montar em suas fazendas machinas de preparar café. (...) As vantagens deste systema são as seguintes: occupão pouco lugar, economia de braços. Poupa consideravelmente o número dos escravos, porque uma pessoa só é bastante para trabalhar com o machinismo e esta mesma não tem mais a fazer que ensaccar café. Economia de tempo, com a mesma roda d’água se pôde preparar mais café por dia com este systema que com qualquer outro. Evita affecções pulmonares dos escravos causada pela exbalação do pó, porque a terra que costuma ir misturada com o café em côco é removida logo que entra dentro da machina, resultando desta vantagem ficar o café perfeitamente limpo, com sua cor e aroma natural, que lhe augmenta o valor no mercado. Não quebra grão algum de café considerável vantagem sobre qualquer outro systema até hoje conhecido. Não há trituração entre a casca e o café (...). Augmenta o valor da colheita (...)”.

Marc Ferrez (Rio de Janeiro, de 1843 — Rio de Janeiro, de 1923), seguiu os passos de Frond, registrou diversas paisagens de fazendas e seus trabalhadores. Era filho de Alexandrine Caroline Chevalier e de Zéphyrin Ferrez, gravador de medalhas e escultor, membro da Missão Artística Francesa e sobrinho de Marc Ferrez, também integrante da mesma missão, de quem recebeu o nome. Retratou cenas dos períodos do Império ao início da República, entre 1865 e 1918, sendo que seu trabalho é um dos mais importantes legados visuais daquelas épocas. Suas imagens retratam o cotidiano brasileiro na segunda metade do século XIX, principalmente da cidade do Rio de Janeiro.



Fazenda Cachoeira Grande. Século XIX, Marc Ferrez. Col. Gilberto Ferrez. Acervo do IMS.



Fazenda Cachoeira Grande. Século XIX, Marc Ferrez. Col. Gilberto Ferrez. Acervo do IMS.

Apesar de suas imagens sobre fazendas do Vale não serem muitas, as que existem são de uma qualidade ímpar. Em uma única fazenda, escalava vários morros próximos à unidade de produção de café para captar ao máximo a paisagem de entorno, como foi o caso da Fazenda Campo Alegre⁴ em Valença.

⁴A Fazenda Campo Alegre teve origem em sesmaria concedida pela Coroa portuguesa, em 1812, a Alexandre Manoel de Lemos, que construiu a primitiva sede e iniciou as atividades agrícolas na fazenda. No ano seguinte, Lemos vendeu suas terras a seu vizinho e também sesmeiro Joaquim José dos Santos. Tudo leva a crer que o cidadão Manoel Pereira de Souza Barros adquiriu as duas sesmarias de Santos, em meados da década de 1840, e levou algum tempo para se estabelecer com a família definitivamente nas terras. Durante as décadas de 1850 e 1860, capitão Souza Barros desenvolveu suas fazendas com lavoura de café. Pouco se sabe a respeito do capitão Souza Barros. No entanto, muito se sabe sobre seu filho, Manoel Pereira de Souza Barros, o barão da Vista Alegre. Casou-se com sua prima D. Rita Arnalda Pereira de Barros e desse consócio nasceram onze filhos, sendo que dez chegaram à idade adulta. Aparelhou Campo Alegre com tecnologia de ponta, como, por exemplo, a instalação de um gasômetro, uma linha telefônica entre suas fazendas, 7 km de linhas de bonde por tração animal (ligava suas fazendas à Estação de Souza Barros da Companhia União Valenciana), criou uma escola para “ingênuos”, como consta em seu inventário. Dedicava-se apaixonadamente à criação de cavalos puro-sangue, que mantinha em excelentes instalações na fazenda para disputar páreos do então Derby Club, sociedade turfista da qual seria um dos fundadores. Devendo aos bancos, Vista Alegre faleceu em seu palacete no Rio de Janeiro, em 08 de janeiro de 1891, aos 42 anos de idade. Campo Alegre foi arrematada em praça, no dia 30 de abril de 1892, por Nicolao Pentagna e irmãos. Este, por sua vez, a vendeu à firma Esteves e Cia. Não conseguindo explorá-las e passando também por dificuldades financeiras, esta firma a repassou ao Banco do Brasil. Levada novamente a leilão, juntamente com as vizinhas fazendas Santa Tereza, Chacrinha e Vista Alegre, foi adquirida por Álvaro Mendes de Oliveira Castro e seu irmão Horácio Mendes de Oliveira Castro, em 1901. Os filhos de Álvaro continuam à frente da administração da fazenda até os dias atuais.

Fotografou também detalhes da etapa de beneficiamento do café na Fazenda Cachoeira Grande⁵, em Santa Tereza (hoje Rio das Flores). O trabalho dos cativos nas fazendas constitui, para a história, os melhores registros fotográficos.

Ferrez realizou três vistas panorâmicas da Fazenda Campo Alegre, o suficiente para registrar vários ângulos do quadrilátero funcional da unidade. Em todas as imagens podemos observar os enormes terreiros – considerado um dos maiores – abarrotados de café.



Fazenda Campo Alegre. Século XIX. Marc Ferrez. Col. Gilberto Ferrez. Acervo do IMS.

Os terreiros de secagem de café, como o próprio nome diz, eram inicialmente feitos de terra. Em lugar bem seco, nivelados e pilados de forma que não soltassem terra, ou o menos possível. Porém eram muitos dispendiosos aos fazendeiros. Devido ao período de chuvas, eram destruídos pelas águas e, em seguida, cobertos por matos, ou seja, ano a ano eram reconstruídos. Com a crescente produção de café, esta técnica tornou-se inviável (embora continuasse sendo utilizada para a produção excedente), surgiram então os terreiros calçados de pedra. Estes, bem mais eficientes e permanentes, exigiam uma técnica muito difícil e dispendiosa na sua feitura. Consistia na preparação de bloco de pedra, geralmente de granito, que era aquecido por fogueira e, em seguida, depois de muito quente, derramava-se água fria sobre, assim a pedra era partida. Depois de um polimento manual para aparelhar a superfície da laje, era colocada em fôrma quebra-cabeça no terreiro preparado. Entre as lajes, era feito um rejunte à base de cal. Ainda é possível encontrar no Vale do Paraíba diversos terreiros em que se utilizou esta técnica, inclusive na Fazenda Campo Alegre. Em pouco tempo, este avanço na construção de terreiros não se mostrou muito prático e econômico, era quase impossível o calçamento de um terreiro nas dimensões de um, como os que aparecem nas fotografias de Ferrez das fazendas Cachoeira Grande e Campo Alegre.

⁵A fazenda Cachoeira Grande foi fundada, em 1874, por Custódio Ferreira Leite Guimarães, que a comprou por 70 contos de réis, constando de uma sesmaria completa de 225 alqueires geométricos. A sede da fazenda, localizada às margens do Rio Paraíba do Sul, próximo à localidade de Andrade Pinto, foi planejada pelo próprio Custódio que, segundo tradição da família, não viveu o suficiente para vê-la pronta, falecendo em 1888 na sede provi-sória da fazenda. Na década de 1980, a bela e sólida sede da fazenda foi demolida para a construção de um posto de gasolina.



Fazenda Campo Alegre. Século XIX. Marc Ferrez. Col. Gilberto Ferrez. Acervo do IMS.

Com a construção da Estrada União e Indústria em 1856, que utilizou a técnica de pavimentação através de pedra britada recoberta por outra de saibro compactado, vulgarmente conhecida por “macadame”, muitos fazendeiros começaram a utilizar esta técnica para pavimentação de terreiro, tornando-se uma verdadeira febre nas fazendas. A propósito dessa nova tecnologia, desenvolvida na Escócia por John Mac Adam (daí a origem do termo macadame), temos o relato do conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz apresentado ao presidente da província do Rio de Janeiro, em 1852⁶:

“Encontrei igualmente novidades nos terreiros, que, V. Exa. sabe, devem merecer um dos primeiros cuidados do fazendeiro de café. A sua superfície é coberta de argamassa formada de cal e pedra, areia e pó de tijolo, a qual é lançada sobre o terreno depois de nivellado, e calçado com pedras iguaes, cujos interstícios são cheios de cal e areia. Assim preparados ganhão ao fim de alguns dias sólida consistência, e não so evitão os inconvenientes dos que se fazem por qualquer dos outros modos conhecidos, mas também não exigem metade do dispêndio necessário para os ladrilhados, ou lageados de cantaria, como os que possuem alguns abastados fazendeiros de Pirahy, Barra Mansa, etc.”

Os terreiros eram geralmente cercados por muretas em seu entorno, com a função de impedir a saída de grãos durante as chuvas.

Depois de lavado, o café ia para o terreiro para secar, e este era um dos processos mais importantes, do qual dependeria, em boa parte, a qualidade do produto final. O café era espalhado sobre os terreiros em camada de oito centímetros mais ou menos, remexido com um rodo de madeira durante todo o dia e reunido em pequenos montes cobertos, para passar a noite livre do orvalho ou de chuvas imprevisíveis. No dia seguinte, o processo se repetia estendendo-se por quase trinta dias, de acordo com o clima. O tempo de secagem nos terreiros acarretava problemas na qualidade do café, ou seja, na cor e, principalmente, no aroma, um fato de persistentes reclamações dos comerciantes e importadores do café do Brasil.

⁶Relatório apresentado ao vice-presidente da província do Rio de Janeiro, o commendador João Pereira Darrigue de Faro, pelo presidente conselheiro, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Nictheroi, Typographia Amaral e Irmão, 1852, p. 46.

Na foto 9, no canto esquerdo da fotografia da Fazenda Campo Alegre está a casa de vivenda da fazenda com sua varanda fechada com janelas arqueadas contíguas, tendo em uma das extremidades a capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Esta varanda “envidraçada” funciona como nave para a capela e geralmente destinada à escravaria. Para os proprietários e familiares era reservado o ambiente interno com nave própria e tribuna. A foto 10 mostra, no canto esquerdo, uma construção assobradada que se destinava ao engenho de café e enfermaria.

Ocorria com frequência nas fazendas, de a enfermaria funcionar em edificação independente e próxima à casa de vivenda. O caso de Campo Alegre é uma exceção. Eloy de Andrade (1989, p.225-28) descreve assim os hospitais e enfermarias nas fazendas dos Vale:

“(...) construções ordinariamente em seguimento às tulhas, ou em prédios separados divididas em dois salões, um para os homens e outro para as mulheres, assoalhados, forrados, com três ou quatro janelas, protegidas por grades de ferro.”

Andrade menciona ainda que nas enfermarias bem montadas, geralmente assobradadas, após a subida de uma escada, encontrava-se uma pequena sala, mobiliada com bancos toscos, onde sentados ou em pé, os enfermos aguardavam a sua hospitalização ou os seus curativos. No fundo da sala, separada por um gradil, estava a farmácia: ao lado, as portas que davam acesso para os dois compartimentos, de homens e mulheres. Em cada enfermaria, estavam alinhados quatro ou cinco leitos de cada lado, uns apenas com esteiras, outros com colchões de palha e lençóis de algodão grosso e cobertor vermelho. Para higiene e cuidado com as contaminações, era recomendado que os salões fossem lavados uma ou duas vezes por semana, desinfetados com solução de ácido fênico e, em dias de visitas de médico, mudados os lençóis, a roupa dos doentes, e feita defumação com alfazema, alecrim e incenso. Se surgissem algumas epidemias, tais como tifo, disenteria ou varíola, as enfermarias eram sujeitas à rigorosa desinfecção, os colchões eram incinerados juntamente com as esteiras e roupas de cama. As paredes eram caiadas e os variolosos retirados para um rancho longe da sede da fazenda e ali tratados por outros escravos.

Os escravos doentes eram cuidados por um enfermeiro escravo que lhes preparava os medicamentos, administrando-os segundo as orientações do médico. Periodicamente, em geral uma vez por mês, o médico da fazenda ia à enfermaria para verificar o estado de saúde dos escravos, dando alta para o trabalho, modificando a medicação ou determinando mais alguns dias de repouso para a recuperação.

Nas fazendas menores de poucos escravos e sem médico particular, os doentes eram tratados nas próprias senzalas, ou em quartos separados.

Concluimos este artigo com a fotografia de Ferrez do engenho de café da Fazenda Santo Antônio, localizada no município de Sapucaia, realizada provavelmente na mesma época da pintura de Facchinetti. Se confrontarmos as duas imagens, podemos perceber que o cafezal vistoso, ora presente na pintura do italiano, não aparece mais na paisagem de Ferrez. Será o prenúncio do fim de uma era?



Fazenda Santo Antônio. Século XIX. Marc Ferrez. Col. Gilberto Ferrez. Acervo do IMS.

Como foi mencionado no início deste artigo, há muitos outros fotógrafos e pintores que registram paisagens, tipos humanos e acontecimentos importantes, tanto nas fazendas como nas cidades do Vale do Paraíba.

Entre os pintores, podemos citar: José Maria Villaronga, Johann Moritz Rugendas, Jean Baptiste Debret, Charles James Fox Banbury. **Entre os fotógrafos:** Manoel Maria de Paula Ramos, Revert Henrique Klumb e Christiano Junior.

Fontes Bibliográficas:

ANDRADE, Eloy de. "O Vale do Paraíba". Edição Particular. 1982.

CAMILLO, Ema Elisabete Rodrigues. *Modernização Agrícola e Máquinas de Beneficiamento: um estudo da Lidgerwood MFG. Co. Ltd., década de 1850 a de 1890*. Campinas: UNICAMP, 2003. Dissertação de mestrado – Instituto de Economia da UNICAMP.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. *O Grupo Grimm: paisagismo brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Edição Pinakothek, 1980.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *A Paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georg Grimm*. Trabalho apresentado no I Seminário de História do Café: História e Cultura Material. Museu Paulista/USP. 13 a 16 de Novembro de 2006.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra: um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia - Centro de Estudos Gerais. Niterói: UFF, 1979.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Fazendas: as grandes casas rurais do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

RAMOS, Belisário Vieira. *O Livro da Família Werneck – 1742-1879*. Rio de Janeiro: Cia. Carioca das Artes Gráficas, 1941.

SEGALA, Lygia. *Ensaio das luzes sobre um Brasil pitoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998, f. 294-295.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro*. Organização Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Crédito das Imagens:

ALEGRIO, Leila Vilela. *O café no Vale do Paraíba Fluminense: terras, fazendas, plantações, comércio e famílias*. Centro do Comercio do Café do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

Fundação Biblioteca Nacional – FBN

Instituto Moreira Salles – IMS

KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MARTINS, Carlos; Piccoli, Valéria. *Facchinetti*. Rio de Janeiro: CCBB, 2004.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso, MIRANDA, Alcides da Rocha e Czajkowski, Jorge. *Fazendas: solares da região cafeeira do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso. *Antigas fazendas de café da província fluminense*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.